



Item 05 – Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº. 4.320/64), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (**conforme modelos constantes nos anexos XIX e XXII, no que couber**), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015. (1) e (2).

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

Exercício de 2019



1 of 3

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		49,80	0,77	PASSIVO CIRCULANTE		0,00	83.070,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		49,80	0,77	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	22.880,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		49,80	0,77	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	22.880,00
CONTA ÚNICA	F	49,80	0,77	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	0,00	22.880,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		586.410,85	654.083,72	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	60.190,96
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	41.911,41	VALORES RESTITUIVEIS		0,00	60.190,96
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		0,00	41.911,41	CONSIGNAÇÕES	F	0,00	60.190,96
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	P	0,00	41.911,41	TOTAL PASSIVO		0,00	83.070,96
IMOBILIZADO		586.410,85	612.172,31				
BENS MÓVEIS		238.825,68	227.967,35				
BENS DE INFORMÁTICA	P	3.223,50	3.223,50				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	16.336,41	16.336,41				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	6.942,00	5.982,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	54.858,13	45.084,40				
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	157.465,64	157.341,04				
BENS IMÓVEIS		386.945,56	384.204,96				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	386.945,56	384.204,96				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-39.360,39	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-23.882,57	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-15.477,82	0,00				
TOTAL		586.460,65	654.084,49				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		586.460,65	571.013,53
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		586.460,65	571.013,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		586.460,65	571.013,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	15.447,12	18.841,56
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	571.013,53	552.171,97
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		586.460,65	571.013,53
TOTAL		586.460,65	654.084,49

Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALLANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
 Assessoria: https://etec.tee.pe.gov.br/ghp/vulniderocassamCodigo do documento: 090af623-3dca-4dcf-aa40-0d531aaa3ea2

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

Exercício de 2019



2 of 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	49,80	0,77	PASSIVO FINANCEIRO (0,00)+ Restos não Processado(0,00)	0,00	87.070,96
ATIVO PERMANENTE	586.410,85	654.083,72	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	586.460,65	567.013,53

JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI
PRESIDENTE
067.008.104-34

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
CONTADOR
CRC N° 017.226/O-3

Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 090ef623-3dca-4dcf-aa40-0d531aaa3ea2

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2019)

Exercício de 2019



3 of 3

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				COMPENSAÇÕES		67.121,34	19.121,34
				EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		67.121,34	19.121,34
				TOTAL		67.121,34	19.121,34

 JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI
 PRESIDENTE
 067.008.104-34

 TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
 CONTADOR
 CRC N° 017.226/O-3

Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
 Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 090ef623-3dca-4dcf-aa40-0d531aa3ea2



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2019

Dezembro(31/12/2019)

1 of 1

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		49,80	0,77	PASSIVO CIRCULANTE		0,00	83.070,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		49,80	0,77	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		0,00	22.880,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		49,80	0,77	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	22.880,00
CONTA ÚNICA		49,80	0,77	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	22.880,00
TOTAL		49,80	0,77	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	60.190,96
				VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	60.190,96
				CONSIGNAÇÕES		0,00	60.190,96
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		0,00	4.000,00
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		0,00	4.000,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	4.000,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	4.000,00
				TOTAL		0,00	87.070,96

 JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI
 PRESIDENTE
 067.008.104-34

 TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
 CONTADOR
 CRC N° 017.226/O-3

Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
 Acesse em: <https://portal.ccmv.br/epm/validaDocumento.aspx?Codigo=documento:090ef623-3dca-4dcf-aa40-0d531aa3ea2>



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2019

Dezembro(31/12/2019)

1 of 1

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		586.410,85	654.083,72				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	41.911,41				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO		0,00	41.911,41				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO		0,00	41.911,41				
IMOBILIZADO		586.410,85	612.172,31				
BENS MÓVEIS		238.825,68	227.967,35				
BENS DE INFORMÁTICA		3.223,50	3.223,50				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		16.336,41	16.336,41				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		6.942,00	5.982,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		54.858,13	45.084,40				
DEMAIS BENS MÓVEIS		157.465,64	157.341,04				
BENS IMÓVEIS		386.945,56	384.204,96				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		386.945,56	384.204,96				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-39.360,39	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-23.882,57	0,00				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-15.477,82	0,00				
TOTAL		586.410,85	654.083,72				

JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI
PRESIDENTE
067.008.104-34

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
CONTADOR
CRC N° 017.226/O-3

Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Acesse em: <https://pt.cte.br/pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 090ef623-3dca-4dcf-aa40-0d531aa3ea2

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Exercício de 2019

1 of 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)		49,80	-87.070,19
100 GERAL TOTAL		1.368.639,58	1.108.862,08
110 GERAL		-1.368.589,78	-1.195.932,27
TOTAL		49,80	-87.070,19

JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI
PRESIDENTE
067.008.104-34

TADEU ANDRÉ BEZERRA DE SANDE
CONTADOR
CRC N° 017.226/O-3



Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 090ef623-3dca-4dcf-aa40-0d531aaa3ea2



CÂMARA MUNICIPAL DE PAUDALHO

Resolução TC nº 67, de 04 de dezembro de 2019

Anexo 05 – Balanço Patrimonial

1. Contexto Operacional

As atividades operacionais da Câmara Municipal de Paudalho são amparadas pela lei Municipal nº 883/2018, de 26 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município (DCON) foram elaboradas com base nos dados extraídos do sistema contábil **SCPI (Sistema de Contabilidade Pública Integrada) da Fiorilli Software**, incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Poderes: Executivo compreendendo os Órgãos da Administração Direta e Indireta e Legislativo, compreendendo a Câmara Municipal.

Tais documentos contábeis constantes no processo de prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor



Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade:

NBC	Nome da Norma	IFAC
NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	Conceptual Framework
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 9
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19
NBC TSP 04	Estoques	IPSAS 12
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento	IPSAS 16
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado	IPSAS 17
NBC TSP 08	Ativo Intangível	IPSAS 31
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26
NBC TSP 11	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 1
NBC TSP 12	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 2
NBC TSP 13	Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis (revogada a partir de 1º/1/21)	não há
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	não há



As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

As DCON guarda conformidade com as Instruções de Procedimentos Contábeis(IPC) de números: 00- Plano de Transição para implantação da nova contabilidade; 01- Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02- Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03- Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04- Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05- Metodologia para Elaboração das Demonstrações das Variações Patrimoniais; 06- Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro; 07- Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário; 08- Metodologia para Elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa; 10- Contabilização dos Consórcios Públicos; 11- Contabilização de Retenções; 12- Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis; 13- Contabilização de Cessão de Direitos Creditórios; 14- Procedimentos Contábeis relativos ao RPPS; e 15- Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2- Informações Gerais

Nome da Entidade: Paudalho Câmara Municipal

Natureza Jurídica: 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo

Domicílio do Órgão: Rua João Alfredo, 100, Centro – Paudalho - PE



**CÂMARA
MUNICIPAL
DO PAUDALHO**
CASA PORFÍRIO JOÃO DE OLIVEIRA

**CÂMARA MUNICIPAL DE PAUDALHO
CASA PORFÍRIO JOÃO DE OLIVEIRA
ESTADO DE PERNAMBUCO**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSIMAR FERREIRA CAVALCANTI, TADEU ANDRE BEZERRA DE SANDE
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 090ef623-3dca-4dcf-aa40-0d531aa3ea2

CEP: 55.825-000

Telefone: (81) 3636-1306

CNPJ: 08.860.181/0001-38

E-mail: presidencia@camarapaudalho.pe.gov.br

Site: <http://www.camarapaudalho.pe.gov.br/>

Dados dos Representantes Legais: Josimar Ferreira Cavalcanti

Período de gestão: 01/01/2019 a 31/12/2019

Natureza das operações e principais atividades do órgão

O Município de Paudalho conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 56.506 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/paudalho/panorama>), está situado à 47 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 274.776 km². Tem como coeficiente individual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,2. Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 883/2018, de 26 de dezembro de 2018. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:

<http://189.39.113.170:8079/Transparencia/>

Nome do Software de Contabilidade Pública: SCPI (Fiorilli Software)

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das Demonstrações

Contábeis

Nome: Tadeu André Bezerra de Sande

CRC: 017.226/O-3/PE

E-mail: tadeusande@uol.com.br

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEL

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidenciação submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP



16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

B) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente os dados executados pela Paudalho Câmara Municipal uma vez que se trata da prestação de contas desta entidade.

C) RESUMO DAS POLITICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Os registros inerentes aos atos e fatos contábeis da prestação de contas anual foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de marco de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, observadas as seguintes normas do Conselho Federal de Contabilidade. Sendo a moeda utilizada o real(R\$), não tendo registros em moeda estrangeira que necessitasse de conversão de valores a moeda nacional vigente.

C.A) BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS

No que concerne o sistema orçamentário foi observado o art. 35 da Lei n.º 4.320/64 e NBCASP, sendo utilizado o regime misto, sendo de caixa para receitas e competências para as despesas.



A base de mensuração para ativos e passivos seguiu o MCASP, onde busca satisfazer os objetivos da elaboração e divulgação da informação de natureza contábil pelas entidades do setor público ao fornecer as informações que possibilitem aos usuários avaliarem:

- a. O custo dos serviços prestados no período, em termos históricos ou atuais;
- b. A capacidade operacional – a capacidade da entidade em dar suporte à prestação de serviços no futuro por meio de recursos físicos e outros; e
- c. A capacidade financeira – a capacidade da entidade em financiar as suas próprias atividades.

c.a.1) Bases de mensuração dos ativos

Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor



Custo de reposição ou substituição	Custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório.	Entrada	Observável	Específica para a entidade
Preço líquido de venda	Montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.	Saída	Observável	Específica para a entidade
Valor em uso	Valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.	Saída	Não observável	Específica para a entidade

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018

c.a 2) Bases de mensuração dos passivos



Base de mensuração	Descrição	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Custo de cumprimento da obrigação	Custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.	Entrada	Não observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)		Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de liberação	Montante que corresponde à baixa imediata da obrigação. Montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.	Saída	Observável	Específica para a entidade



	Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito de preço líquido de venda utilizado no contexto dos ativos.			
Preço presumido	Montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente. Termo utilizado no contexto dos passivos para se referir ao mesmo conceito do custo de reposição para os ativos.	Entrada	Observável	Específica para a entidade

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018

c.a.3) Disponibilidades

Composto por dinheiro, valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. As disponibilidades são registradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis e as aplicações de liquidez imediata são mensuradas e avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

c.a.4) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações são mensurados ou avaliados de acordo com as bases de mensuração dos ativos e dos passivos, feita a conversão quando em moeda estrangeira, a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.



Os riscos referentes ao recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Direitos, títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente e os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

Os valores reconhecidos como provisão devem corresponder a melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações presente na data das demonstrações contábeis.

c.a 5) Estoques

Compreendem as mercadorias para uso, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. São avaliados e mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto: estoques adquiridos sem contraprestação, que devem ser mensurados pelo valor justo; e os bens de almoxarifado que devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/64. Devem ser mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor, os estoques mantidos para a distribuição gratuita ou os de consumo no processo de produção de mercadorias a serem distribuídas gratuitamente.

Havendo a possibilidade de redução do valor do estoque mediante as contas para ajustes de perdas ou de redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

c.a 6) Imobilizado

Compreendem os bens móveis e imóveis da instituição. Os ativos imobilizados, incluindo os gastos adicionais ou complementares, são reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção, após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão, bem como a redução ao valor recuperável e a reavaliação. Os gastos posteriores a



aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

c.a 7) Intangível

Um ativo se enquadra na condição de ativo intangível quando pode ser identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Devem ser mensurados ou avaliados inicialmente pelo custo, após o reconhecimento, o órgão ou entidade deve escolher reconhecer um ativo intangível pelo modelo de custo, menos a amortização e a eventual perda por redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo modelo de reavaliação, quando aplicável.

c.a 8) Depreciação

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação sistemática durante esse período. A depreciação tem como característica fundamental a redução do valor do bem e se inicia a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor é a existência de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado.

c.a 9) Amortização

A amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do valor do bem. Inicia a partir do momento que o ativo estiver disponível para uso e cessa na data que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro.

c.a 10) Exaustão

A exaustão é realizada para elementos de recursos esgotáveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução do



valor do bem e a principal causa da redução do valor é a exploração de recursos naturais, como minerais ou florestais.

c.a 11) Redução ao valor recuperável

É a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução do valor devido a depreciação. A redução ao valor recuperável reflete, portanto, o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla. Sendo assim, a entidade deve avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há indicação de que o ativo possa ser objeto de redução ao valor recuperável.

c.a 12) Provisões, Passivo contingente e Ativo contingente

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. Deve ser possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação para que o valor reconhecido como provisão seja o melhor para extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A avaliação periódica deve ocorrer para determinar se a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados que não estejam totalmente sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços. Assim, há incerteza quanto ao ingresso de recursos.

c.a 12) Variações patrimoniais aumentativas e diminutivas



As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado, que correspondem ao aumento (VPA) ou diminuição (VPD) na situação patrimonial líquida da entidade não oriundo de distribuições aos proprietários.

O reconhecimento da variação patrimonial pode ocorrer em três momentos: para a variação patrimonial aumentativa, antes, depois ou no momento da arrecadação da receita orçamentaria e para a variação patrimonial diminutiva, antes depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentaria.

D) JULGAMENTOS PELA APLICAÇÃO DAS POLITICAS CONTÁBEIS

I. Classificação de ativos:

Não existiu mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

II. Constituição de provisões:

Tivemos a constituição de provisão para créditos provenientes da dívida ativa tributária. Considerando a metodologia do Tesouro Nacional, sendo classificado em baixo, médio e alto risco.

III. Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não tivemos o lançamento das variações patrimoniais de modo significativo além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

IV. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

Nota 1 – Critérios Contábeis adotados para o Balanço Patrimonial - Anexo 14

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 e



no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional, convencionou-se que os ativos se segregam em circulante e não-circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos se segregam também em circulante e não-circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

Pode-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para à entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

1.1– Critérios Contábeis de Mensuração dos Ativos

Os ativos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os ativos estão classificados como circulantes quando satisfazem a um dos seguintes critérios:



- estão disponíveis para realização imediata;
- têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos estão classificados como não circulantes.

1.2 – Critérios Contábeis de Mensuração dos Passivos

Os passivos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Os passivos classificados como circulantes correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos estão classificados como não circulantes.

Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os passivos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles:

Passivo Financeiro – O passivo financeiro da entidade está demonstrado ao custo de aquisição ou realização, referem-se aos restos a pagar e aos depósitos e consignações, ou seja, à Dívida Flutuante da entidade, bem como o valor referente ao saldo de precatórios.

Passivo Permanente – O passivo permanente está representado pelas dívidas de longo prazo contraídas pela entidade, conforme o Anexo 16 – Dívida Fundada, bem como pela provisão de férias a pagar. As principais contas do Passivo Permanente são as que seguem:

Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os ativos em dois grandes grupos, em função da sua



dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles:

Ativo Financeiro – O ativo financeiro está demonstrado pelo seu valor de realização. Das contas que compõem o ativo financeiro, nenhuma foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais.

Ativo Permanente – Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e sem dedução da depreciação, que foi adotada para o balanço de 2019.

1.3– Análise do Balanço Patrimonial

Comparativo do Balanço Patrimonial apurado em 2019 com o do exercício anterior				
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	2019	%	2018	%
ATIVO CIRCULANTE	49,80	0,01%	0,77	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	586.410,85	99,99%	654.083,72	100,00%
TOTAL	586.460,65	100,00%	654.084,49	100,00%
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR	
	2019	%	2018	%
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00%	83.070,96	12,70%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PATRIMÔNIO LIQUÍDO	586.460,65	100,00%	571.013,53	87,30%
TOTAL	586.460,65	100,00%	654.084,49	100,00%

- O Patrimônio Líquido do Município teve um aumento de 2,70 % em comparação ao valor apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.
- O ativo total da entidade apresentou um decréscimo de 2018 para 2019 da ordem de R\$ 67.623,84, equivalente a 10,34% do ativo total de



2018.

- Já o passivo total da entidade apresentou um decréscimo de 2018 para 2019 da ordem de R\$ 83.070,96, equivalente a 100% uma vez que no exercício de 2019 a entidade não apresentou valores em seu passivo total.

1.3.1 – Análise das contas do Balanço Patrimonial

Disponibilidades	Lançados R\$ 49,80, referente valor remanescente em conta única, não havendo saldos que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.
Bens Móveis	A conta sintética apresenta um saldo ao final do exercício de 2019 no valor de R\$ 238.825,68, composta pelas contas analíticas: Móveis e utensílios; Bens de informática; moveis e utensílios; Materiais culturais, educacionais e de comunicação; Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas; e demais bens móveis. Os bens móveis apresentam uma Depreciação Acumulada no valor de R\$ 23.882,57 ao final do exercício de 2019.
Bens Imóveis	A conta de ativo com maior materialidade no Balanço Patrimonial de 2019 é a de Demais Bens Imóveis, com um montante lançado no valor de R\$ 386.945,56. Vale salientar que ela possui uma conta redutora de Depreciação Acumulada no valor de R\$ 15.477,82 ao final do exercício de 2019.
Superávits ou Déficits acumulados	Esta conta apresenta o somatório dos superávits e/ou déficits acumulados no exercício R\$ 15.447,12 e em exercícios anteriores R\$ 571.013,53.

1.4– Análise dos quocientes

Quociente de Liquidez Corrente		%
Disponibilidade	R\$ 49,80	-
Passivo Circulante	R\$ -	



Não foi possível apurar o Índice de Liquidez Corrente exercício de 2019 uma vez que não houve passivos registrados em seu balanço, apresentando apenas o montante de R\$ 49,80 referente ao valor em caixa da entidade.

Quociente do Resultado Patrimonial		%
Ativo Total	R\$ 586.460,65	-
Passivo Total	R\$ -	

Não foi possível apurar o índice de resultado patrimonial, pois não foram apresentados valores no passivo do balanço patrimonial da entidade, apenas valores de ativo no montante de R\$ 586.460,65.

Quociente da Situação Financeira		%
Ativo Financeiro	R\$ 49,80	0,0006
Passivo Financeiro	R\$ 87.070,96	

O resultado do quociente, relativo ao resultado do quociente da situação financeira, no caso, sob os termos da Lei nº 4.320/64, que indica a somatória do Ativo Financeiro em conformidade com o somatório do Passivo Financeiro. O resultado demonstra a existência de 0,0006 de ativo financeiro para cada 1,0 de passivo financeiro.

Quociente da Situação Permanente		%
Ativo Permanente	R\$ 586.410,85	-
Passivo Permanente	R\$ -	

No caso resultante da aplicação dos termos da Lei nº 4.320/64, que equivale a um resultado positivo de R\$ 586.410,85, representando assim um superávit permanente apurado no exercício de 2019.

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo

Descrição	Valor
Créditos de transferências a receber	R\$ -
Dívida ativa tributaria	R\$ -



Dívida ativa não tributaria	R\$ -
Total	R\$ -

Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que os valores evidenciados como Créditos de Curto Prazo foram no valor de R\$ 0,00.

Nota 2.1 – Caixa e Equivalente de Caixa

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidade	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Paudalho	R\$ 49,80	R\$ -
Total	R\$ 49,80	R\$ -

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício financeiro de 2019 somam R\$ 49,80. O valor disponível representou um aumento de 6368,00% em relação ao exercício de 2018.

Nota 2.2 – Demais créditos e valores a curto prazo

Descrição	Valor
Tributos a recuperar/compensar	R\$ -
Depósitos restituíveis e valores vinculados	R\$ -
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	R\$ -
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	R\$ -
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	R\$ -
Subtotal	R\$ -
Créditos previdenciários a receber	R\$ -
Crédito a receber e valores a curto prazo	R\$ -
Subtotal	R\$ -
Total	R\$ -

Nota 2.3 – Estoques

Compreendem as mercadorias para uso, os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Devem ser mensurados pelo preço médio ponderado das compras em conformidade com o inciso III do art.



106 da Lei 4.320/64.

Ao final do exercício financeiro de 2019, não foram registrados valores na conta Estoque do Balaço Patrimonial da entidade.

Nota 3 – Créditos a Longo Prazo

Os direitos e os títulos de crédito são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. A entidade não apresentou em suas demonstrações contábeis valores referentes a créditos a longo prazo.

Nota 3.1 – Ajuste para perdas de créditos tributários a longo prazo

O ajuste para perdas de é calculado com base no percentual de efetividade de arrecadação, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2019
Saldo da Dívida	R\$ -
Valor Arrecadado	R\$ -
Percentual de Arrecadação	R\$ -
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	R\$ -

Nota 4 – Bens Móveis

O Poder Legislativo começou a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2015.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta e indireta para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir da data do registro contábil do bem no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis do Município.



Detalhamento dos Bens Móveis:

Descrição	Valor R\$	
	2019	2018
Bens de informática	3.223,50	3.223,50
Móveis e Utensílios	16.336,41	16.336,41
Veículos	0,00	0,00
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	54.858,13	45.084,40
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	6.942,00	5.982,00
Demais bens móveis	157.465,64	157.341,04
(-) Depreciação acumulada – Bens Imóveis	-23.882,57	0,00

Nota 5 – Bens Imóveis

Os Bens Imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais do Poder Legislativo, houve reavaliação dos valores que haviam sido registrados pelo custo histórico de aquisição e, após análise dos bens in loco, constatou-se que estavam superestimados, sendo realizado um ajuste a valor de mercado.

Detalhamento dos Bens Imóveis:

Descrição	Valor R\$	
	2019	2018
Instalações	0,00	0,00
Bens imóveis em andamento	0,00	0,00
Demais bens imóveis	386.945,56	384.204,96
(-) Depreciação acumulada – Bens Imóveis	-15.477,82	0,00

Nota 6 – Intangíveis

Compõem os ativos incorpóreos controlados pela entidade, bem como pesquisas e desenvolvimento. O valor registrado no ativo intangível relativo a Softwares, Marcas, direitos e patentes e Direito de uso de imóveis, totalizam R\$ 0,00.

Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo

Ao final do exercício financeiro de 2019, não foram registrados valores referentes a obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo.



Detalhamento das obrigações a curto prazo:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Fornecedores Nacionais	R\$ -
Consignações	R\$ -
Total	R\$ -

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

Conforme o MCASP, nessas obrigações estão compreendidos os salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no Curto e Longo Prazo.

Detalhamento das obrigações a longo prazo:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais - Débitos Parcelados - PASEP	R\$ -
Contribuições a Regime Próprio de Previdência - RPPS	R\$ -
Débito Parcelado - INSS	R\$ -
Contribuições Sociais - Débitos Parcelados - FGTS	R\$ -
Outros (Especificar)	R\$ -
Total	R\$ -

Nota 9 – Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos esperam que resultem para a entidade saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) elenca alguns tipos de provisões, por exemplo:

- Provisões para riscos trabalhistas;
- Provisões para riscos fiscais;
- Provisões para riscos cíveis;
- Provisões para repartição de crédito tributário;
- Provisões para riscos decorrentes de contratos de Parcerias



Público-Privadas (PPP).

O valor que se refere as provisões feitas ao encerramento do exercício financeiro de 2019, bem como o valor apresentado em suas demonstrações contábeis foi de R\$ 0,00.

Nota 10 – Ajuste para Perda de Créditos Tributários

Os créditos tributários inscritos no ativo a longo prazo, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Assim, as perdas esperadas referente a dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo.

Cabe a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrata a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimado
Baixa dificuldade de recuperação	A	5
	B	10
	C	15
Média dificuldade de recuperação	D	20
	E	25
	F	30
Alta dificuldade de recuperação	G	35
	H	45
	I	70

Nota 11 – Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da entidade fez em 2019 o valor de R\$ 586.460,65, detalhados da seguinte forma:

Superávits ou Déficits do Exercício	R\$ 15.447,12
-------------------------------------	---------------



Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	R\$	571.013,53
PATRIMONIO LÍQUIDO	R\$	586.460,65

Nota 12 – Ativo Financeiro

O ativo financeiro compreende os créditos e valores realizados independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 49,80.

Nota 13 – Ativo Permanente

O ativo permanente compreende os bens créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 586.410,85.

Nota 14 – Passivo Financeiro

Passivo financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentaria para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentaria, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) totalizam o valor de R\$ 0,00.

Nota 15 – Passivo Permanente

Os passivos que dependem de autorização orçamentária para amortização ou resgate. Integram os passivos permanentes os passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Nota 16 – Superávit/Déficit Financeiro

Corresponde a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Os recursos poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. O total de superávit financeiro acumulado foi de R\$ 586.460,65.



Nota 17 – Impairment

Impairment é uma palavra em inglês que em sua tradução literal significa deterioração. Assim, trata-se da redução ao valor recuperável de um ativo. O teste de impairment ou redução ao valor recuperável de ativo gerador de caixa foi elaborada com base na NBC TSP 10.

Não houve valores do ativo desvalorizados que sofreram impairment.